

Intervenção Deputado José Manuel Bolieiro

Horta, 24 de Novembro de 2005

Debate do Plano e Orçamento 2006

Política de Saúde

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

“É um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”.

Esta é a definição de Saúde da Organização Mundial de Saúde.

Lamentavelmente, não é este o estado do nosso Serviço Regional de Saúde, que está doente.

O diagnóstico do Serviço Regional de Saúde está feito. Estão identificados os objectivos, as deficiências e seriadas as várias soluções e prioridades estratégicas.

A ideia de saúde para todos impõe projectos de inclusão para as pessoas mais carenciadas, como os idosos, ou aquelas que integram famílias de menores rendimentos.

É urgente aumentar a confiança dos açorianos na sua rápida e justa acessibilidade aos cuidados de saúde a prestar pelo Serviço Regional de Saúde.

Ao fim de oito anos de governação socialista, a herança que o Secretário Regional dos Assuntos Sociais recebeu neste IX Governo Regional não é tranquilizadora. Aliás, o apelo que naturalmente recebeu, no dia do convite para integrar o Governo Regional, foi sobretudo para empreender com urgência uma profunda reforma e muitas mudanças.

Por isso, a exigência de uma nova política para a saúde nos Açores devia ter sido, desde o início, estimulante e actuante.

Eficácia é fazer as coisas no seu momento adequado. É não deixar passar esse momento.

A política de saúde nunca pode abandonar ou perverter a sua finalidade essencial: garantir a cada cidadão e à sociedade civil uma constante aproximação dos serviços de saúde da excelência.

“A política não é administração, mas configuração, esboço das condições da acção humana, abertura de possibilidades”

“Para descobrir a oportunidade é preciso trabalho, imaginação e valentia (...). As acções dão validade às ideias e não o contrário.”

Citei um filósofo cujos pensamentos nos conduzem à desilusão que continua a ser a inércia da política de saúde de mais este Governo Regional do PS.

Aliás, na área da saúde, o comportamento dos três governos regionais socialistas têm contrastado com o imediato impulso reformador do Governo do Eng.º José Sócrates.

O Governo Regional, ao longo de nove anos de permanência no Poder tem-se limitado a lançar dinheiro aos problemas, fazendo da cosmética orçamental o seu modo de agir, através dos artifícios do “leasing”, do “factoring”, dos avales, das dívidas directas e indirectas, da Sudaçor, SA., sem, no entanto, ter conseguido reformar com sucesso nada de especial.

Na altura do debate e votação do Programa do IX Governo Regional dissemos que não confiávamos na fragilidade do seu programa.

Depositámos expectativas na experiência profissional e na capacidade de resistência do actual Secretário Regional. Não esperávamos milagres. Esperávamos o urgente e o necessário.

Porém, estamos confrontados com a indecisão, com a irrealização. Estamos decepcionados.

Nem uma iniciativa legislativa relevante foi proposta. O Estatuto do Serviço Regional de Saúde continua tal como está, isto é, mal.

Passados mais doze meses de governação – O PS já tem 9 anos de governo – e continuamos sem a necessária nova configuração para o Serviço Regional de Saúde, que nos traga mais eficiência, qualidade e confiança no sistema.

Foram anunciados compromissos com potencial de mudança. No entanto, a actual omissão tem, na declarada falta de meios necessários, a sua desculpa, que não colhe. “A política consiste em fazer o que se puder com o que se tiver”.

Verdadeiramente desconhecemos decisões políticas com objectivos reformadores. Afinal, que decisões e que políticas de mudança concretizou já o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, para cumprir o que prometeu?

São os cidadãos que esperam anos por uma intervenção cirúrgica. Em Ponta Delgada, por exemplo, espera-se mais de três anos por uma intervenção cirúrgica à anca.

São os cidadãos que aguardam, nas listas de espera, meses por uma consulta ou por meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Na Horta, esperam-se cerca de dois anos para fazer um TAC.

São os cidadãos que não têm médico de família. Como nos dizia um cidadão: “comé nã há médico de familia”

São os profissionais de saúde que, nos Hospitais e nos Centros de Saúde, são inapelavelmente confrontados com a avalanche de problemas que se amontoam sem solução, e se sentem incapazes.

Os cuidados primários de saúde são a principal porta de entrada e o primeiro ponto de contacto do utente com o serviço regional de saúde.

Em 2004, o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, disse:

“Para o desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde caminhamos para promover reformas que contribuam para a melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde e na aposta na formação contínua, actualização, diferenciação técnica e motivação a todos os profissionais de saúde independentemente das suas carreiras e categorias”.

Afinal, a verdade é que em cada três açorianos um não tem médico de família.

Nada de realmente eficaz e com urgência foi realizado para resolver esse grave problema.

A verdade é que o sistema ainda não privilegiou a função do clínico geral - médico de família - como o orientador do utente do SRS no seu acesso aos cuidados de saúde diferenciados.

As listas de espera, que fazem desesperar os utentes, só podem ser combatidas com sucesso através do recurso à contratação privada, mas também com a oferta consolidada de consultas de especialidade nos hospitais.

Afinal, quantas consultas por especialidade e por unidade hospitalar são oferecidas aos utentes?

Desesperamos na espera de decisões e de acções.

Anunciaram-se medidas para motivar os profissionais de saúde. Que medidas foram concretizadas? Que incentivos foram promovidos, ao nível dos médicos de família, para subir a produtividade em actos médicos e no número de utentes nas suas listas?



A cobertura universal não fica realizada apenas pelo aumento do número de médicos de família, mas também pelo aumento da produtividade, devidamente compensada.

Em 2004, foram anunciadas propostas de implementação do Plano Integrado de Promoção da Saúde e Prevenção; da Carta Hospitalar; da Carta de Equipamentos de Saúde; do Projecto da Emergência Médica; da Centralização das Compras para as Unidades de Saúde, de modo a reduzir os custos; da Política para os Medicamentos Genéricos e sua implementação nas farmácias dos Açores, nos Hospitais e nos Centros de Saúde, mas nada sabemos delas, porque nada de decisivo foi até hoje concretizado.

Não se divulgou qualquer avaliação à acção das Unidades de Saúde de Ilha. Afinal a reforma administrativa neste sector ainda não passou do primeiro e inseguro passo. E porquê? Talvez porque também os próximos passos não são seguros ou porque o modelo não é satisfatório e não o querem reconhecer agora.

Lamentavelmente, continuamos, em algumas Unidades de Saúde, a ter Serviços de Urgência sem médico, nem enfermeiro de presença física.

E onde pairam as intenções, tantas vezes propagandeadas, do Presidente do Governo Regional de rever o Estatuto do Serviço Regional de Saúde?

Já vamos no quinto Secretário Regional da Saúde, em nove anos de governos socialistas, uma média de um ano e oito meses por governante. Mas, para um tão acelerado ritmo de mudança de governantes, temos, por contraponto, uma lenta tomada de decisões políticas capazes de resolver problemas concretos.

O Presidente do Governo já reconheceu a doença do Serviço Regional de Saúde. Uma confissão de responsabilidade desresponsabilizante, como se não fosse seu dever já ter encontrado soluções para velhos problemas.

Com tantos problemas, velhos e novos, e com tanto por fazer, este decepcionante Plano para 2006 surpreende-nos

negativamente com a prevista redução de verbas no Programa de Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de saúde.

Afinal, o anunciado maior Plano de sempre é, relativamente à Saúde, mais pequeno, comparativamente com o Plano que lhe é imediatamente anterior.

Penosa e lamentavelmente, o Governo Regional confessa que a Saúde não é a sua prioridade política.

Disse!

